

Organização do trabalho e processo produtivo no âmbito das Relações Internacionais: o caso italiano 1920 – 1940.

Professor Doutor Augusto Zanetti - UNESP – Franca - Curso de Relações Internacionais

Introdução

Ao definir o conceito de política externa, Henrique Altemani de Oliveira adverte que “na literatura sobre relações internacionais, encontra-se às vezes alguma confusão ao apontar a política externa como correspondente ou como sinônimo de relações internacionais. As Relações Internacionais é a área, por excelência, que representa os interesses do Estado no plano internacional e que tem como objetivo último buscar as satisfações do Estado, seja para sua sobrevivência, seja para satisfação dos interesses de seus membros” (OLIVEIRA: 2005: 1).

Com efeito, as relações internacionais englobam, como já foi afirmado acima, a política externa, no entanto, esta não se confunde com aquelas. “Por política exterior deve-se entender o estudo da forma como o Estado conduz suas relações com outros Estados, se projeta para o exterior, isto é refere - se à formulação, implementação e avaliação de opções externas, desde o interior de um Estado, vistas desde a perspectiva do Estado, sem atender à sociedade internacional como tal” (OLIVEIRA: 2005:2). A política externa, portanto, estuda o padrão de relacionamento entre os Estados, que se presume sejam soberanos, no interior do sistema internacional vigente. E da mesma forma que as relações internacionais, a política externa reúne teorias que norteiam a tomada de decisões. Entretanto, o repertório teórico das relações internacionais busca explicar o comportamento dos Estados no contexto internacional através de paradigmas como: o realismo, liberalismo, marxismo, teoria crítica, funcionalismo, construtivismo e todas as suas atualizações acompanhadas pelo prefixo neo. A política externa também está atravessada de ponta a ponta por concepções ideológicas, idéias e crenças, porém estas sofrem influências do contexto sócio econômico e cultural no qual as decisões são tomadas. O universo das mudanças de paradigmas da política externa, por exemplo, do Brasil e da Argentina dependem na atualidade dos projetos de inserção internacional, mas ao mesmo tempo da política interna, do sistema político nacional, da memória histórica da herança cultural dessas sociedades. Bernal Meza reitera a importância para a reconstituição de política externa de um país o resgate dos conceitos de tradição, princípios, elementos ordenadores e inclusive

concepções de mundo, em casos originais, através das fontes documentais. Esta se constitui na tarefa central de alguns autores latinos americanos que examinam como o grupo que decide inova e aprende e, como a memória histórica afeta a ação de quem deve decidir. Em decorrência dessas escolhas metodológicas, pode-se apreender como as opções são desenvolvidas, como o grupo muda uma interpretação estabelecida e, conseqüentemente, constantes, mudanças e rupturas da política externa de um país. (MEZA: 2003:287). José Paradiso, um renomado estudioso da política externa da argentina, assim como Meza, faz à mesma ressalva, no entanto, assumindo um posicionamento metodológico diferente. Propõe a reconstituição histórica da política externa da argentina a partir da concepção construtivista; paradigma das relações internacionais que propõe a redescoberta da importância das idéias e das crenças na formulação da política externa dos Estados. Essa escolha se manifesta, não obstante, seja sua intenção transcender a opção construtivista, reivindicando o lugar da memória nos estudos da política externa, bem como a importância que assumem as estruturas do pensamento peronista, sua continuidade, “aggiornamento” e clivagens; uma mescla híbrida composta pela doutrina social da igreja, o social liberalismo, o nacionalismo, a social democracia, a concepção de Estado keynesiano e a visão geopolítica dos militares argentinos (PARADISO: 2007).

Por outro lado, sem nenhuma efetiva divergência com as definições acima apresentadas, Fred Halliday assevera, no livro intitulado *Repensando as relações internacionais*, que o estudo das relações internacionais, nos termos mais simples, claro e suficiente, “abrange três formas de interação: as relações entre os Estados, relações não estatais ou relações transnacionais (através de fronteiras) e as operações do sistema como um todo, dentro do qual Estados e as sociedades são os principais componentes. Embora possam variar no destaque que dão a cada uma dessas formas de interação, todas as teorias do ‘internacional’ propõem alguma explicação de cada uma delas” (HALLIDAY: 2007:15). Em todas essas interações, atualizadas ultimamente através dos pressupostos de segurança energética, imigratória, alimentar, meio ambiente e defesa, no entanto, mais uma vez, não há um lugar reservado nas relações internacionais ao estudo dos processos produtivos ou, ainda, da organização do trabalho. Apesar disso, face à tendência à integração que vem se manifestando a partir do fim da segunda guerra mundial, não como um mero modismo, mas como uma via segura objetivando a inserção internacional autônoma, desponta o tema da organização do trabalho, juntamente com o fluxo de comércio e de agentes econômicos identificados com esse projeto. A implantação de cadeias produtivas integradas, para solucionar os entraves à integração continental vem ganhando sempre novos adeptos. A consolidação da Unasul (União de Nações Sul Americanas), muito mais ampla ou aquela feita a partir de escala sub - regional, como o Mercosul (Mercado Comum do Cone Sul), enquanto somatória de iniciativas empreendidas pelo Brasil e Argentina que ambicionam transcender

esquemas previstos na Aladi (Associação Latino Americana de Desenvolvimento Industrial), não pode prescindir da interação produtiva. Além do “interesse dos agentes econômicos, a soma da vontade política dos governos e as correntes de comércio já existentes, a integração deveria alcançar a área da produção” (CORREIA: 2001:11).

Nesse sentido, Amado Luiz Cervo a propósito da integração, afirma, “que as estruturas do capitalismo produzem benefícios unilaterais em favor dos mais fortes, como pensavam os intelectuais ligados a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina) e os independentes”. Sustenta, então, que seria imprescindível que se estabeleça as uniões dos países emergentes, cujos governos, agrupados em coalizões (como o Mercosul), negociem reciprocidades reais nas relações com os países centrais ou travem o avanço da governança global assimétrica de baixo perfil democrático. Segundo Cervo o pensamento cepalino e o neoliberal ignoram que “o fator de impulso do sistema capitalista, é a internacionalização econômica entendida como projeção para fora de negócios nacionais ou regionais”. Somente através dela pode - se atingir a verdadeira interdependência dos fatores produtivos mediante competitividade sistêmica e distribuição equilibrada de benefícios. Considerado uma referência exitosa de regionalismo aberto, o Chile revela precisamente essa condição de país que abandonou a vocação industrial, abriu seu sistema produtivo e de serviços ao empreendimento estrangeiro e estabilizou – se na mediocridade do setor primário, aprofundando a dependência estrutural. Nesses termos, Cervo sublinha que “a expansão para fora da economia brasileira, é a condição necessária para se atingir à interdependência real no mundo globalização”. Nesses termos, segundo os chamados logísticos - defensores de um Estado coordenador em contraposição àquele menor –, a exteriorização opera – se - ia de dois modos: pela agregação dos empreendimentos nacionais às cadeias produtivas internacionais e por investimentos diretos no exterior, a começar pela vizinhança (CERVO: 2008: 86). Vale ressaltar que o Estado logístico ou coordenador proposto por Cervo opõe – se aos subsídios e o protecionismo dos EUA e da Europa, por que convém à competitividade do agro negócio brasileiro; ampara a concentração empresarial e o desenvolvimento tecnológico nacional e, ademais defende o emprego e salário do operariado ampliando o acesso à sociedade do bem – estar aos consumidores. Este limitaria a prevalência absoluta do Estado que caracterizava o Estado intervencionista, mas por outro lado eliminaria a crença anticientífica no poder de auto regulação do mercado.

Pelo que viemos dizendo, o processo produtivo e a organização do trabalho, temas ignorados nos estudos clássicos das relações internacionais, assumem, nos projetos de integração em curso, na América Latina, uma evidente relevância, no âmbito da fusão das cadeias produtivas regionais e continentais. A reconstituição histórica da introdução da gestão racional do trabalho no sistema fabril italiano no lapso temporal de 1920 a 1940, nos permitiria

realizar um estudo comparativo das estratégias de industrialização desse país, assim como apreender suas contradições, especificidades, clivagens e continuidades. Essa análise nos possibilitaria redesenhar a trajetória seguida por essa nação no que tange o processo produtivo e a organização racional do trabalho. O exame da formação de sua estrutura produtiva e o inventário dos projetos de gestão do trabalho revelaria ademais em que momentos específicos ocorreram às mudanças, correções de rota e os caminhos percorridos até o presente. A remontagem das práticas vivas de racionalização constitui – se, portanto, em fonte preciosa para quem de fato almeja um modelo de inserção internacional comprometido com a soberania, salários dignos e o combate a precarização do trabalho.

Esta última e do mesmo modo a terceirização, como no passado o taylorismo e fordismo, ganham hoje em dia uma projeção internacional a partir da Europa e dos EUA. Nos países pertencentes ao bloco europeu, precarizam – se as condições e as relações de trabalho. É o tempo do trabalho parcial, contratos por tempo determinado, trabalho temporário, trabalho a domicílio, subcontratação e outros. Isso para aqueles que conseguem ingressar no mercado de trabalho. Para amplos segmentos, resta a opção de viver à custa do Estado de bem – estar social, cada vez mais reduzido, submetido a profundos cortes de recursos, especialmente na Inglaterra e nos Estados Unidos. E, para outros, não resta nem isto. De acordo com Mattoso, exemplo desta situação é a Inglaterra, onde, em 1991, 40% do emprego compreendia os “não regulares” que, em sua maioria, não pagavam impostos e eram excluídos do sistema previdenciário contributivo (desemprego e benefícios – enfermidade) (MATTOSO: 1994). A precarização e a terceirização são fenômenos, é preciso reconhecer, que não se circunscrevem apenas aos denominados países centrais, atingem também o Brasil, como aponta Maria da Graça Druck, em um estudo sobre o complexo petroquímico da Petrobras em Camaçari, no Estado da Bahia (DRUCK: 2001).

A propósito dessa questão, a memória histórica nos ensina que a divisão em etapas da organização do trabalho é uma mistificação desmentida pela bibliografia e pelas pesquisas empíricas, cuja linhagem política e historiográfica contempla as mais variadas intenções. Michelle Perrot confirma, no texto, As três eras da disciplina industrial na França do século XX, que em nenhum momento uma “evolução” se faz em linha reta. Os sistemas se sobrepõem e coexistem. A grande corporação fabril convive com a pequena e a média unidade produtiva (a concentração com a descentralização), abrigando em si mesmas formas variadas de organização do trabalho.

A constatação de Perrot recomenda prudência no emprego de esquemas teóricos consagrados. Assim sendo, após o exame da bibliografia sobre a organização e divisão do trabalho durante e depois da Revolução Industrial clássica, ela conclui que a seqüência tem

apenas um valor didático simplificador e, que jamais um sistema disciplinar foi plenamente implantado no interior da fábrica (PERROT: 1988).

Esta mesma problemática é sublinhada, a propósito do taylorismo, por Adalberto Marson, em seu estudo intitulado: Viagem ao país de Taylor. No texto aludido, afirma - se que “Taylor granjeou uma popularidade que o projetou além dos círculos de profissionais do ramo, e foi rapidamente transformado por seus seguidores em símbolo de um movimento quando os resultados práticos eram pequenos e discutíveis”.

No interior desse movimento politicamente construído, segundo Marson, “foi - se delineando a linha mestra que caracterizaria a maioria das versões: a idéia de um taylorismo difuso e universal. A partir daí não interessa mais saber se determinada solução administrativa ou técnica de produção provinha de algum método, parecido com o de Taylor, porém distinto até rival. Uma questão bizantina querer distinguir claramente o que era e o que não era devido a Taylor e seus discípulos”.

É, portanto, assevera Marson, “manter - se fiel a uma regra básica do ofício de historiador, isto é, procurar entender a trajetória do taylorismo nas contingências de seu tempo e no cotejo de outras propostas do mesmo teor. Deve-se evitar a praxe de muitos comentadores de identificar, como de origem tayloriana, toda e qualquer preocupação de diretores ou patrões, visando a obter ganhos de produtividade mediante a introdução de procedimentos científicos” (MARSON: 1995: 30 e 31).

Outra objeção a um modelo universal e ubíquo de taylorismo que decorre da argumentação de Marson, refere - se a uma preocupação com as formas diferenciadas de manifestação desses processos de racionalização. A reconstituição histórica comprova o princípio de que “as expressões que nomeiam tais processos são datadas historicamente e guardam especificidades não só relacionadas ao tempo, mas também ao lugar onde se efetivaram” (TENCA: 2006:30). Na esteira dessas argumentações, vale lembrar que análise do taylorismo não se restringe somente ao estudo de processo de trabalho, mas, também, à sua articulação com os condicionantes sociais e políticos fora da fábrica (e no seu interior), em particular a formação dos assalariados e o papel do Estado (VARGAS: 1985: 57).

As advertências de Perrot, Marson, Tenca e Vargas são preciosas, pois reiteram a inexistência de um modelo único de gestão do trabalho ou sua efetiva e completa implantação no chão da fábrica e, ademais comprovam a ausência de etapas evolucionistas: a passagem da fábrica satânica àquela paternalista e desta a científica. Se no âmbito do projeto de integração efetiva do Mercosul um dos aspectos essenciais, como dissemos acima, seria a implementação das cadeias produtivas, as pesquisas históricas sobre a introdução dos sistemas de organização do trabalho à semelhança daquelas realizadas sobre o taylorismo ou fordismo poderiam revelar a

recorrência de continuidades, adaptações e reconfigurações que não respeitam as formulações originais. Além disso, na literatura especializada sobre a introdução do taylorismo no sistema fabril americano, verifica-se a ausência de um modelo original único, posto que seu criador o teria reformulado mais de doze vezes em função de fricções envolvendo: sindicatos, governo, empresários e até mesmo engenheiros (NELSON: 1988) O taylorismo remetido à definição que Michel Foucault confere ao poder, “o de se encontrar em toda a parte e em lugar nenhum”, assumiu essa configuração primeiramente em virtude de sua capacidade adaptativa, sua plasticidade e, em segundo porque foi confundido, embora não o quisesse, com qualquer método de organização do trabalho de viés aparentemente “científico” (DECCA: 1983).

O caso italiano: taylorismo na Itália fascista

No âmbito do debate sobre a natureza da organização do trabalho na indústria italiana o aspecto mais tenso da análise e mais prioritário, é aquele que pretende examinar as estreitas conexões existentes entre as relações sociais de produção e o estágio de maturação alcançado pelas forças produtivas. Esta perspectiva nos coloca diante da necessidade de se entrever, na trama frequentemente muito fechada da história industrial, a relação entretecida entre desenvolvimento científico – tecnológico e produção material (ROMEO: 1961) No entanto, a pretensão da reconstituição história da ciência mediante o resgate do desenvolvimento da maquinaria industrial é um projeto fascinante, mas de notável risco. E quando essa remontagem histórica é associada a um evento social ou as dinâmicas econômicas, com o adendo que a ciência já seja potência intelectual da produção, os riscos se multiplicam. A solução para esse impasse exigiria a paciente remontagem dialética, que objetive a apreensão do processo de transformação do fator científico em força produtiva e, por sua vez, a sua reformulação delineada pelas relações sociais chegando à fábrica sob a forma de máquina, que molda a organização formal, o trabalho vivo arregimentado. A divisão social do trabalho encontra na fábrica a sua realização e “animalidade”, diria Gramsci, mas sucumbe, enquanto as formas organizativas emergentes propõem uma definição objetiva – científica à exploração (GRAMSCI: 1971).

A história das máquinas, bem como a introdução de tecnologia, a experimentação, pesquisa e aplicação científica no processo produtivo, revelam em que condições específicas se deram as transformações e as novas estratificações de classe. Por isso, o exame da curva da

evolução da maquinaria industrial pode nos fornecer algumas respostas. A passagem das máquinas utensílios gerais (como os tornos paralelos) àquelas especiais (tornos automáticos para frisar, por exemplo) e aquelas específicas (como o transfer), provocaram mudanças no perfil da fábrica e conseqüentemente na condição operária. O período em análise entre as duas grandes guerras mundiais supõe a introdução desses tornos antes da adoção dos incentivos econômicos – que representa um aspecto importante da teoria taylorista – e sua aplicação na época do fascismo. A esquematização da problemática do desenvolvimento tecnológico e a organização da grande indústria italiana no entre guerras revela os vínculos e as continuidades com os acontecimentos produtivos contemporâneos (CAFANHA: 1961) A primeira introdução de massa do taylorismo possui uma natureza qualitativa e quantitativa do desenvolvimento econômico, no âmbito do qual ocorre a definição dos processos de mecanização entrelaçados à dinâmica sócio – econômica que vão se desenvolvendo, um pouco antes da eclosão da primeira guerra, durante e logo após, na década de vinte do século passado. Nesse sentido a organização do trabalho se encontra logicamente e produtivamente ligada às mudanças do mercado de trabalho, automação, expulsão de trabalhadores do ciclo produtivo, obsolescência da maquinaria e eliminação de inteiras faixas de setores profissionais.

A indústria italiana, que saiu da grande depressão no final do século dezenove, com os problemas pós unitários erigiu-se sobre um tripé: arrocho salarial, protecionismo e auxílio estatal. A taxa de lucro pôde ser mantida alta em decorrência da pressão sobre os salários, o que explica o escasso interesse empresarial pelo aumento da composição orgânica do capital. O protecionismo e o auxílio estatal, por sua vez, permitiram à grande indústria enfrentar na proximidade dos anos vinte alguns desafios. No entanto, as altas taxas alfandegárias instituídas com o intuito de proteger o setor industrial acabaram gerando a questão meridional: divisão entre o norte rico e sul pobre. A suspensão, o boicote às importações agrícolas da região meridional italiana foi a reação imediata dos países que sentiram prejudicados com as restrições impostas pelo protecionismo. A defesa da indústria nacional circunscrita à região setentrional levou à ruína muitos agricultores do sul que não tiveram outra saída a não ser migrarem para as cidades do norte. O elevado número de migrantes da região meridional ampliou a oferta de trabalhadores engrossando ainda mais o chamado exército de reserva; o que explica a baixa remuneração e o reduzido interesse empresarial com a proposta de Taylor antes e Ford depois que vincula o aumento da produtividade a melhoria salarial. A substituição dos salários “irracionais” por outros mais cientificamente estudados, apesar de apresentarem uma dupla vantagem, a de estimular os trabalhadores a aumentarem a produtividade e a aprovarem a organização científica da fábrica, foi simplesmente desprezada.

Outro fator que explica o pouco interesse dos industriais italianos com a organização científica do trabalho era o auxílio estatal. Oriundo das primeiras grandes instituições bancárias, este privilegiava conglomerados produtivos específicos mantidos sob o manto protetor do capital público. Na fase de expansão, tais setores representados pelo têxtil, o siderúrgico e depois o elétrico, ganham ainda mais projeção e aumentam seus lucros, enquanto as reivindicações da classe operária visando à melhoria das condições de vida e trabalho, que correspondessem aos níveis europeus, não eram atendidas pelo empresariado e nem pelo governo (FIORENTINI: 1967).

Em torno da primeira guerra mundial se registra de fato o nível mais elevado em absoluto da importação de máquinas utensílios que constituirá o elemento central para reestruturação, em primeiro lugar tecnológico, e depois em geral organizativo da indústria italiana. A intensidade dos ritmos impostos pela demanda bélica e o alto nível de utilização das plantas industriais e da maquinaria incentivaram a remodelagem da condução empresarial. (STERI: 1979)

Destarte, cabe aqui observar que a passagem à fase de racionalização e organização científica deu - se no âmbito da produção em pequena escala e, consistiu no acerto de máquinas genéricas, para a produção repetitiva. A aplicação limitada dos métodos de gestão científica do trabalho, não impediu que diminuísse o fascínio por eles, já que representavam a realização da promessa de modernidade cultuada nos primeiros anos do século vinte. Essa tendência explica a tradução de Francesco Giannini, em 1915, para o italiano, do mais célebre escrito de F. W. Taylor *Principles of Scientific Management*, publicado em 1911. Os italianos tiveram que esperar apenas quatro anos para terem em mãos a obra maior sucesso de F. W. Taylor. Já anteriormente, alguns estudiosos, entre os quais A. Mariotti, haviam publicado ensaios e intervenções sobre o tema. Mas muito mais do que ensaios críticos, sem sombra de dúvida, como atestam as fontes, ganhava destaque à época as reações dos trabalhadores de Turim, aos primeiros ensaios de racionalização taylorista. O taylorismo assume a função de desativar a conflitualidade operária; dissolve-la, no entanto, não era o aspecto mais evidente, mas certamente este reconhecer - se - á no projeto autoritário que vai amadurecendo e que encontra no regime fascista a sua a sua expressão histórica. Nesses termos debate em torno do taylorismo se acentua, sobretudo nessa fase, em função das exigências do “management” de responder às contradições do desenvolvimento econômico italiano, e ao mesmo tempo de se apresentar como uma síntese superior capaz de englobar e simultaneamente desativar os conflitos de classe no interior do sistema fabril (STERI: 1979).

A indústria italiana, superando o período de modernização marcado por uma fase de intensa e profunda conflitualidade operária, que atinge seu ápice durante o biênio vermelho (1919 - 1920), enfrentou a partir dos primeiros anos vinte, de maneira orgânica e sistemática os

problemas da racionalização da produção. A década de vinte e trinta do século passado marcou profundamente a face da indústria a nível mundial. O debate sobre os métodos de racionalização da produção iniciado com reorganização teórica e prática do “management” americano com Taylor e Ford, atravessará o Atlântico, difundindo - se durante todo o período inter bélico, da Inglaterra à Alemanha, da França à Itália, assumindo níveis de reflexão que coincidiam com os problemas colocados pela natureza das relações sociais que se afirmam no Ocidente.

Os projetos de reconversão e restauração fabril pós primeira guerra mundial redefiniram as coordenadas que balizariam a relação homem máquina e a organização da indústria italiana nos decênios seguintes. Estes encontrarão significativa síntese em dois momentos memoráveis, que testemunham o esforço de sistematização teórica das orientações organizativas, implementadas nos anos vinte do século passado. O primeiro com reduzida divulgação publicitária e substancial circunscrito em suas proposições foi o Congresso Internacional de Politécnica, que ocorre em Milão, em outubro de 1922. O segundo mais audacioso em seu propósito hegemônico sobre o “management” industrial, foi o terceiro Congresso Internacional de Organização Científica do Trabalho realizado em Roma, em 1927. Significativas são também as respectivas sedes desses eventos: a cidade de Milão, situada na região mais industrializada da Itália, e Roma a capital do país.

Além desses dois Congressos que reuniram os mais importantes expoentes da organização científica da maioria dos países europeus, em Milão ocorreu o encontro sobre Psicotécnica. A cidade, a capital industrial da Itália, era o centro das primeiras aplicações industriais de psicologia. A capital da região da Lombardia já possuía um laboratório de Psicotécnica na Clínica do Trabalho, tutelados por Instituição de matriz católica denominada Umanitaria, com instrumentos emprestados pelo manicômio municipal. A Umanitaria abandonará muito cedo as pesquisas relacionadas à psicotécnica, todavia o Laboratório Municipal a substituirá, passando a se interessar pelo tema, enquanto representante do laboratório da empresa de bondes da cidade, no âmbito da seleção de pessoal. A iniciativa não se origina diretamente do setor industrial, mas de instituições tradicionalmente progressistas como a Umanitaria e o Município de Milão. Havia à época na cidade um clima propício à difusão dos novos métodos de organização do trabalho, capaz de orientar os rumos das discussões travadas durante este primeiro Congresso.

A personagem mais ilustre no campo da psicotécnica italiana, que participa do Congresso de Milão de 1922, mas também daquele romano de 1927, era sem dúvida Agostino Gemelli (ROZZI: 1975). Foi ele quem mais contribuiu na Itália para divulgação da psicologia do trabalho por cerca de cinquenta na península. Experiência significativa durante o primeiro grande conflito mundial, desenvolveu a aplicação dos métodos psicotécnicos no exame dos candidatos à aviação militar. Com o advento do fascismo, a psicologia e as ciências sociais em geral foram

relegadas ao ostracismo ideológico (SPALTRO: 1965) A ameaça anticientífica provinha da ideologia fascista que impunha rápidos e drásticos alinhamentos políticos, sobretudo aos psicólogos, segmento das ciências humanísticas mais atingidas por essa onda irracionalista. Gemelli face às desconfianças que o fascismo devotava à psicologia, optou pela via da neutralidade e da objetividade buscando recuperar o prestígio de uma ciência, cuja precisão e o rigor iam pouco a pouco desaparecendo no tumultuado e repressivo universo ideológico do entre guerras.

Esse afã de imparcialidade científica é o leitmotiv alardeado por muitos psicólogos, não somente italianos, cuja atuação profissional e a pesquisa teórica enfocavam o sistema de fabril. Leon Walther - psicólogo suíço – a propósito da desconfiança que pesava sobre a psicotécnica sustentava que ela não: “tem a tarefa de resolver o conflito entre capital e trabalho” (ZANETTI: 2004). Tratava – se apenas de “uma ciência que aplica a psicologia à técnica do trabalho humano e que seus domínios e limites são claramente determinados”. (WALTHER: 1929). Fornecendo à psicotécnica um atestado de filiação científica, tanto Gemelli, como Walther queriam vê - la livre de interferências político ideológicas, para tanto almejavam que fossem excluídos quaisquer manifestações de subjetividade, bem como era rechaçado o debate político econômico que sua aplicação poderia eventualmente suscitar. A defesa da objetividade tinha uma finalidade bem precisa: conferir à psicotécnica um estatuto tecnicista e objetivo que a manteria imune às discussões das ciências humanas, saturadas de valores sociais e culturais divergentes. O resultado prático dessa agenda foi, no entanto, relegar a psicologia e, principalmente, a psicotécnica durante o fascismo a subalternidade, posto que perseguindo autenticação científica, esta abandonou a tarefa inerente a todo o saber científico de interrogar-se sobre o seu objeto de estudo. A exclusão do exercício de indagação epistêmica, a condenou a uma posição de mera subserviência face ao fascismo e as pretensões remodeladoras industrialista de viés racionalizadoras em voga à época. Esta escolha perpetrada pela psicotécnica emerge claramente no exame do projeto de reestruturação e reorganização capitalista da década de vinte na Itália; fase cujo marco mais significativo seria o Congresso Internacional de Organização Científica do Trabalho de 1927, em Roma.

Na metade dos anos vinte, por conseguinte, existiam as condições ideais que o denominado salto de qualidade do “management” industrial exigia para que de fato fossem implementadas soluções diretivas mais sistemáticas. Em 1926 superada a crise política que havia irrompido com o assassinado do deputado socialista da ala reformista Giacomo Matteotti e face aos problemas impostos em função da política monetária inaugurada com a quota noventa – manutenção de um parâmetro de conversibilidade da moeda italiana -, a Confindustria, Confederação Geral das Indústrias, o sindicato patronal do setor industrial italiano, tende a

darem repostas mais precisas em torno das instâncias organizativas. Assim sendo, nesse mesmo ano, é fundado o Enios (Ente Nazionale Industriale Del' Organizzazione Scientifica). Instituição que representará, durante alguns anos, um sólido instrumento de catalisação dos interesses monopolistas, difusão de teorias tayloristas e intervenções operativas. O Enios filia-se à tendência europeia de criar aparatos institucionais capazes sistematizar e implementar procedimentos manageriais associados à organização científica do trabalho. Instituições análogas foram criadas nesse mesmo período em vários países do velho continente, como o Reichskuratorium für Wirtschaftlichkeit na Alemanha, a Academia do Trabalho de Praga, L'Institut Solvay de Bruxelas, as Ligas sobre o Tempo russas e a Federação Pan Russa de Scientific Management. (URWICK:1938 e BRADY:1933). A constituição do Enios foi precedida por um intenso debate entre a cúpula managerial da indústria italiana envolvendo altos dirigentes políticos do regime fascista e expoentes do mundo financeiro. A sua fundação, que ocorre também formalmente como síntese de um vasto conjunto de organismos com variados interesses no plano da gestão científica do trabalho, denotou um substancial atraso a respeito do nível de elaboração e de organização alcançado por outras nações europeias. Essa situação tornou - se particularmente evidente nos dois congressos internacionais organizados pelo Bit (Bureau Internacional du Travail), organizados em 1924 e em 1925, respectivamente em Praga e Bruxelas, no âmbito do quais os debates deixaram claro a carência, da qualidade e quantidade, da participação italiana.

Com efeito, o Enios assumiu, desde o início, a tarefa de explicitar a hegemonia da Confindustria, através da utilização da nova organização do trabalho viabilizando, assim, as grandes escolhas, no que concerne a política econômica, da indústria e do setor financeiro. Em termos políticos o Enios almejava a subordinação de numerosos produtores à grande indústria e a hegemonia política da Confindustria no âmbito dos órgãos estatais. A racionalização italiana ocorria num contexto análogo àquele alemão. Esse acompanhava o deslocamento do governo em direção ao protecionismo e a reconversão deflacionária ao “gold – standard”, o denominado padrão ouro. Durante essa transição, atravessada por inúmeras crises de liquidez de moeda, a resposta lógica era a concentração das indústrias e pressões exercidas sobre os salários; cuja pressão nem as organizações dos trabalhadores fascistas tinham condições de resistir. A organização do trabalho, portanto, tendia a coincidir com a busca de métodos de diminuição dos custos de produção, em virtude dos quais as maiores industriais metalúrgicas e elétricas teriam podido sobreviver vantajosamente às mudanças em curso. Muito cedo o órgão de organização científica representará concretamente os pressupostos ideológicos e econômicos da Confindustria, entrando em polemica com o Bit e com o setor dos intelectuais tecnocratas, pois defenderá uma prática taylorista absolutamente redutiva. O grupo dos intelectuais e industriais

não conseguirá jamais eliminar as restrições produzidas desde a criação do Enios que, com a crise dos anos trinta tornarem - se – às mais explícitas e lancinantes (SAPELLI: 1976).

Em abril de 1926, o Enios lançava a revista *L' Organizzazione Scientifica Del Lavoro*, quadrimestral até o fim daquele ano, passando a ser bimestral em 1927, para em 1928 se tornar finalmente mensal. Ela tinha o intuito de ampliar o raio de divulgação dos métodos de organização científica do trabalho de matriz taylorista e fordista acolhendo para essa finalidade artigos dos mais eminentes industriais italianos como Camillo Olivetti, Alberto Pirelli, Giovanni Agnelli e Alberto Falchi. O periódico contava com dois diretores responsáveis Francesco Mauro e Gino Olivetti. O primeiro era engenheiro, presidente da Associação Internacional de Engenharia; o segundo advogado de tendência liberal, de origem judaica, homem de confiança de Giovanni Agnelli, proprietário da Fiat. Estes contavam com o apoio de articulistas estáveis ou temporários e um amplo estafe de colaboradores esporádicos formado por técnicos e engenheiros (SAPELLI: 1978). O relato das experiências racionalizadoras, bem como daquelas que poderiam, ainda, serem implementadas englobavam a esfera da administração pública e dos setores indústrias controlados pelo Estado ou pela iniciativa privada. Mais tarde a fim de abranger setores que escapavam da avaliação da revista *L' Organizzazione Scientifica Del Lavoro* foram criadas mais duas enfocando a economia doméstica e a rural; permanecendo sob o controle governamental a definição da “política racionalizadora” para o setor público. Desde o lançamento *L'Organizzazione* assumiu a tarefa não só de tornar públicas realizações desenvolvidas no campo da gestão científica do trabalho, mas também o relato de Congressos Internacionais, realizados em inúmeras capitais da Europa; nos quais ocorriam palestras, discursos governamentais e mesas redondas com a participação de autoridades e especialistas sobre a temática da racionalização do mundo todo. A revista tornou - se o escoadouro exemplar do ideário italiano e internacional da organização científica do trabalho, configurando grosso modo a concretização visível do exercício da “circulação da idéias” cuja definição encontra - se exemplarmente explicitada nos escritos de Marilena Chauí e Maria Silvia de Carvalho Franco. Muito embora o foco do debate de Chauí e Carvalho Franco seja o lugar da ideologia liberal no Brasil, “patrimonialista” e escravista, elas constatarem que a origem das idéias não se encontra nelas, ela deve ser procurada alhures, fora dela, no terreno no qual a ideologia nasce e se transforma nos sujeitos sociais e em suas relações. Na ideologia, ensinam Carvalho Franco e Chauí, as idéias ocupam o lugar dos sujeitos sociais, invertendo a posição: quem produz é criado pelo que produziu (FRANCO: 1983 e 1976 CHAUI: 1981). Assim sendo as idéias de organização científica do trabalho estampadas nas paginas da revista *L'Organizzazione* não estariam fora de lugar; elas, de fato, além de encobrir o exercício de dominação, justificam que

os agentes da modernização controlem o espaço da produção, porque estes seriam os depositários do conhecimento técnico competente.

O periódico enviado aos escritórios das principais empresas filiadas à Confindustria, passou de uma tiragem de 2.000 cópias em 1926, para 10.500, em 1931, baixando a 6.800, em 1935 e aumentando de novo para 8.500 em 1936. Além das “práticas racionalizadoras”, muitas vezes fictícias ou aparentemente reais, relatos sobre os Congressos, como já foi dito, e, traduções de artigos técnicos, havia muitas matérias sobre as viagens dos editores e articulistas aos EUA, URSS e até ao Japão que fortalecia a impressão da tendência internacional do movimento racionalizador da produção e da gestão do trabalho. A identificação da modernização com os métodos tayloristas revestidos de atributos ubíquos produzia um modelo de desenvolvimento calcado na reprodução do mesmo que bloqueava o paciente trabalho de conceituação. A homogeneização subjacente à reprodução do mesmo alardeado nas páginas da revista impedia a apreensão das inúmeras mediações que constituem o saber científico e, ao mesmo tempo reduziam as especificidades a exotismos ou a equívocos de concepção e planejamento. A singularidade soviética ou japonesa vislumbrada nas viagens era imediatamente remetida à vala comum do acientífico, de desvios do taylorista ou algo que permanecia a meio termo entre a adaptação despropositada e o diametralmente oposto à organização racional do trabalho. Tal argumentação, repetida inúmeros artigos publicados pela revista expressava a lógica, por mim denominada, reprodução do mesmo (ZANETTI: 1990). As atividades da L’Organizzazione Scientifica Del Lavoro, após dezessete anos, foram encerradas em julho de 1943, no transcurso da segunda guerra, em meio ao intenso bombardeio aliado às principais cidades italianas.

Conclusão

O fascismo quando tentou expressar sua hegemonia na fábrica, assumiu a escolha da organização científica do trabalho. Por conseguinte, a história da ciência tornou - se definitivamente história econômica. De fato a versão fascista da organização científica do trabalho assumiu, paradoxalmente, uma característica antiamericanista, que, no entanto, nos permite decifrar a condição do operariado italiano. O taylorismo indigente, trombeteado pela fanfarra fascista constituí-se em aspecto central da estratégia de legitimação do regime, na medida em que este seria, não apenas representante, mas agente responsável pela difusão do

movimento internacional de modernização do processo produtivo. No entanto, a identificação do regime com a modernidade gerava uma contradição, uma vez que este albergava uma evidente tendência conservadora inerente ao seu apego às tradições e, a manutenção de privilégios seculares. Em comparação com o país onde originou - se o taylorismo, na Itália fascista evidenciava - se a ausência de hegemonia industrial, engendrada, de fato, no interior da fábrica. Gramsci asseverava que, no contexto italiano das duas primeiras décadas do século passado, cabia aos denominados intelectuais orgânicos da burguesia produzi - lá (GRAMSCI: 1975). Enquanto nos Estados Unidos o liberalismo fordista conviveu, após 1932, com o New Deal e o Estado multiplicador keynesiano, na Itália fascista, o estadismo autoritário reitera o que é dito por uma das personagens centrais do célebre livro, *Il Gattopardo*, de Giuseppe Tomasi príncipe de Lampedusa: “tudo deve mudar para que tudo permaneça como está” (LAMPEDUSA: 1979). O “gattopardismo” sintetiza exemplarmente o fascismo: a “Revolução Passiva”, a “Via Prussiana” ou a “Revolução Pelo Alto”, reproduzindo a estratégia política do Ressurgimento Italiano, no final do século XIX. Nos Estados Unidos, ao contrário, após a crise de 1929, como relata Eric Hobsbawm, na *Era dos Extremos, O Breve século XX 1914 – 1991*, as camadas dominantes perderam os anéis, mas conservaram os dedos; o New Deal produziu uma espécie de liberal socialismo que antecipou o Welfare State, social democrata dos países escandinavos da década de cinquenta do século passado (HOBSBAWM: 1995). Na Itália fascista, no entanto, o descompasso Norte/Sul foi mantido, assim como a política de compreensão salarial e o atraso tecnológico, este último ocultado pela campanha triunfalista do fascismo. O taylorismo, introduzido na planta industrial italiana se resumirá alguns dirigentes, algumas máquinas e pouca organização, ao mesmo tempo, em que o trabalho e a fábrica reeditarão os conflitos existentes em outros países.

Apesar da propaganda fascista, a grande utopia organizativa nunca se materializou de fato. Em todo o setor empresarial italiano a única área de intervenção sistemática operada, no âmbito da gestão racional do trabalho, consistiu na aplicação sistema de incentivo salarial idealizado por Charles Bedaux, engenheiro francês emigrado nos Estados Unidos.

Vale lembrar que esse sistema representava exatamente o contrário das técnicas de pagamento por tarefa que segundo Taylor poderia abrir o caminho à hipótese confirmada mais tarde pelo sistema fordista dos altos salários. Tais métodos de cálculo salarial, adotados desde 1918, gozaram de maior difusão nos anos sucessivos por obra da Bedaux Company de Nova York e, suas primeiras aplicações italianas ocorreram na Fiat e na Breda, na onda do congresso internacional. Mas, as contradições geradas pelos efeitos redutores do salário produzidos pelo sistema Bedaux não tardaram a se evidenciar. Até mesmo os sindicatos fascistas, diante da

mobilização operária, contra o arrocho salarial que este provocava, não puderam omitir-se, passando exigir o seu fim imediato, bem como a revisão dos índices salariais.

Em virtude da persistente resistência operária, bem como das contradições inerentes ao sindicalismo do regime, os aspectos mais claramente trapaceiros do sistema Bedaux e do encaminhamento dado à organização científica, a hipótese da taylorização industrial italiana irá patinar; será preciso, portanto, esperar a reconversão/reestruturação pós bélica para assistir a primeira verdadeira introdução generalizada dos projetos organizativos.

BIBLIOGRAFIA

- BRADY, R, - The Rationalization Movement in Germany Industry. Berkeley, 1933.
- CAFANHA, L; - L'industrializzazione italiana. La formazione di una "base industriale" fra il 1896 il 1896 e il 1914. In: Studi Storici, a, n 3 – 4 julho – dezembro, 1961.
- CERVO, L, A; - Inserção Internacional formação dos conceitos brasileiros. São Paulo, Saraiva, 2008.
- CHAUÍ, M; - Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo, Moderna, 1981.
- CORRÊA, L, F de S - Um continente em desenvolvimento. In: CERVO, A, L; - Relações Internacionais da América Latina Velhos e Novos Paradigmas. Brasília, IBRI, 2001.
- DECCA, E, S de; - A ciência da produção: fábrica despolitizada. Revista Brasileira de história (ANPUH). São Paulo, n 6, set 1983, Marco Zero, 1984.
- DRUCK, M, G da; - Terceirização: (des) fordizando a fábrica Um estudo do complexo petroquímico. Salvador/São Paulo Edufa/Boitempo, 2001.
- FIORENTINI, P - Ristrutturazione capitalistica e sfruttamento operaio in Italia negli anni venti In; Rivista storica del socialismo, n 1, janeiro – abril, 1967.
- FRANCO, M, S, C de; - As idéias estão no lugar. Cadernos de Debates. São Paulo, Brasiliense, 1976.
- GRAMSCI, A - Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura. Roma Editori Riuniti, 1971 e GRAMSCI, A; - Americanismo e fordismo In: Quaderni del Cárcere, Vol. III, Turim, Einaudi, 1975.
- HALLIDAY, F; - Repensando as relações internacionais. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2007.
- HOBSBAWM, J, E; - São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- LAMPEDUSA, T, G Príncipe de; - O Leopardo. São Paulo, Abril, 1979.
- MARSON, A; - Viagem ao país de Taylor. Cadernos de IFCH – Unicamp, Campinas, março de 1995.
- MATTOSO, J; - O novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançados In: OLIVEIRA, C, A, MATTOSO, J, E, L, S, NETO J, F, OLIVEIRA, M., A (orgs.). O mundo do trabalho: crise e mudança no fim do século. São Paulo, Scritta, 1995.
- MEZA, R, B; - Venturas y desventuras de la Argentina; los cambios de paradigma de política exterior y su relación com los modelos de inserción. In: MARTINS, R C, E (org.) Relações Internacionais Visões do Brasil e da América Latina. Brasília, IBRI, 2003.
- NELSON, D; - Taylor e la rivoluzione manageriale. Turim, Einaudi, 1988.
- OLIVEIRA, H, A de; - Política Externa Brasileira. São Paulo, Saraiva, 2005.

- PARADISO, J; - Idéias, ideologias e política exterior na Argentina. In; Diplomacia, Estratégia e Política, número 5 janeiro/março, Brasília, MRE, FUNAG/IPRI, 2007.
- PERROT, M; - As Três eras da disciplina industrial na França do século XIX. In: Os excluídos da História. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988 e PERROT, M; - Lês problémes de main d'oeuvre industrielle. In: DAUMAS, M (dir.) Histoire générale des techniques. Paris, P.U.F. Tomo V, 1979.
- ROMEO, R; - Breve storia della grande industria in Itália. Capelli, Bologna, 1961
- ROZZI, R; - Psicologi e operai. Milão, Feltrinelli, 1975.
- SAPELLI, G; - Organizzazione, lavoro e innovazione nell'Italia fra le due guerre. Turim, Rosenberg & Seller, 1978 e SAPELLI, G; - Organizzazione "scientifica" del lavoro e innovazione tecnologica durante il fascismo In; Italia contemporânea, a. XXVIII, n 125, outubro – dezembro, 1976.
- SPALTRO, E; - Agostino Gemelli e la psicologia del lavoro, Milão, 1965.
- STERI, F. (org.); – Taylorismo e Fascismo le origini dell'organizzazione scientifica del lavoro nell'industria italiana. Roma, Editrice Sindacale Italiana, 1979.
- TENCA, Á; - Senhores dos trilhos. Racionalização, trabalho e tempo livre nas narrativas de ex – alunos do Curso de ferroviários da antiga Paulista. São Paulo, Editora UNESP, 2006.
- URWICK, L; - The development of scientific management in Great Britain. London, 1938.
- VARGAS, N; - Gênese e difusão do taylorismo no Brasil. In: Ciências sociais hoje. São Paulo, Cortez, 1985.
- ZANETTI, A; - A reprodução do mesmo: análise dos discursos racionalizadores a partir de uma revista (L'Organizzazione Scientifica del Lavoro). Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, vol. 1 e 2, 1990 e ZANETTI, A; - Psicotécnica e Relações Internacionais, In: DALLARI, P, B de; - Relações Internacionais: Múltiplas Dimensões. São Paulo, Aduaneiras, 2004.
- WALTHER, L; - Techno – Psychologia do Trabalho Industrial. São Paulo, Melhoramentos, 1929.